

Governo repele o vínculo direto da Funai ao Planalto

ESP - 27, 5, 77

Das sucursais e do correspondente

Ao mesmo tempo que era repelida com veemência na área oficial — o porta-voz do Palácio do Planalto, coronel Toledo Camargo, chegou a lhe atribuir "inteira falta de lógica" —, a idéia do sertanista Orlando Villas Boas, de desvincular do Ministério do Interior o órgão de proteção aos índios, transformando-os numa Secretaria especial, ligada diretamente à presidência da República, ganhou ontem o apoio unânime de antropólogos, sertanistas e missionários ligados à questão indigenista.

Para o coronel Camargo, a idéia contraria as diretrizes do decreto-lei 200, responsável pela reforma administrativa. A mesma posição foi adotada pelo ministro do Interior, Rangel Reis, através de assessores de seu gabinete, que defenderam a permanência da Funai subordinada ao órgão, "que pode muito bem conciliar os programas de desenvolvimento regional a cargo da Sudam e Sudeco com a assistência às comunidades indígenas".

O coronel Camargo afirmou que a Funai foi justamente colocada sob a responsabilidade do Ministério do Interior por tratar-se de assunto de sua competência e ser um dos ministérios com maior gama de atividades, incluindo problemas de desenvolvimento regional, irrigação e outros, num conjunto em que os índios não são tratados sem prioridade, segundo ele. "A reforma administrativa — acentuou — colocou a Funai no Ministério do Interior para lá ficar, e não tem sentido sobrecarregar a presidência da República com órgãos, a ela diretamente ligados."

O sertanista Apoena Meirelles, que se encontra em missão em Rondônia, afirmou ser favorável à idéia defendida por seu colega Villas Boas na CPI que estuda a questão do índio. E acrescentou que já discutiu o assunto com muitos antropólogos e todos se mostraram também a favor.

O chefe do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, Roberto Cardoso de Oliveira, também defendeu a proposta, afirmando que assim o órgão poderia atuar de forma mais livre, longe das "injunções desenvolvimentistas" que são inerentes à ação do Ministério do Interior. Dois antropólogos, estrangeiros, Kennety Taylor, que trabalhou com a Funai no projeto Ianoama de David Pice, responsável até o ano passado por um projeto junto aos índios Nhambikwara, também apoiaram a idéia. Os dois foram afastados da Funai sob o argumento de que os órgãos de segurança não queriam mais estrangeiros atuando em áreas de segurança nacional.

Taylor acha que o principal problema enfrentado pela Funai é a falta de apoio financeiro. "Durante nossa atuação junto aos ianoama, em Roraima, lutamos com grandes dificuldades para

obter recursos do Ministério do Interior. Além de colocar dificuldades nesse campo, o Ministério impede uma ação mais produtiva da Funai, pois seus técnicos nada entendem de índios, assumindo uma atitude de burocratas." David Price também ressaltou o aspecto da dependência financeira, mas acha que o maior problema enfrentado pela Funai no Ministério do Interior é o fato de ela ser obrigada a atuar junto com outros órgãos, inteiramente voltados para o desenvolvimento regional. Esses órgãos vêem a Funai como um entrave aos seus programas em áreas onde há comunidades indígenas.

Os padres católicos, do Conselho Indigenista Missionários (Cimi), também se mostraram favoráveis à vinculação da Funai à presidência. O porta-voz do Conselho, padre Antonio Iasi, disse que deveria ser criada uma Secretaria especial assessorada por pessoas que operam junto aos índios: pesquisadores, antropólogos, médicos, missionários e, por fim, os sertanistas ou técnicos indigenistas.

"Esta será a maneira mais acertada não só de equacionar devidamente o problema, mas de ter meios adequados para sua solução, livre de pressões e interesses internos e externos sofridos pelo SPI e não menos pela Funai."

A posição é endossada pela 1ª Assembléia Indigenista Nacional, realizada em junho de 1975, em Goiânia, e que contou com a participação de diversos bispos e missionários de todo o País. Suas conclusões dizem textualmente: "Empenhar-se para que o órgão de assistência ao índio dependa diretamente da Presidência da República".

Já na Funai, os dirigentes preferiram não discutir a questão, mas reservadamente o próprio presidente do órgão, anteriormente, já se manifestou favorável à mudança.

CNBB

As críticas do sertanista Orlando Villas Boas à atuação do Cimi — que, segundo ele, só sabe criticar e não apresenta trabalhos executivos junto aos índios — foram rebatidas ontem por assessores da CNBB, sob o argumento de que, "como órgão de Igreja, o Cimi não é uma instituição burocrática e deve ser analisado do ponto de vista de sua missão evangelizadora".

Quanto às críticas de Villas Boas ao trabalho de algumas missões católicas junto aos índios, reconheceram esses assessores que muita coisa de errado foi feita no passado, mas a mentalidade de "conversão", que imperava há cerca de 20 anos, se transformou num trabalho de respeito à cultura e civilização indígenas.

Lembrou um desses assessores que foi o próprio Cimi que sugeriu pela primeira vez a vinculação direta da Funai à Presidência da República, idéia agora defendida por Villas Boas perante a CPI que estuda o problema do índio.